



**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL,  
AMBIENTAL E TURISTICO DO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL"**

Sede: SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT – Fone: Cel 9973-5078 – CNPJ 08.979.143/0001-07

Municípios:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, GLÓRIA D'OESTE, INDIÁVAÍ, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE,  
PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.

E-mail: [nascentesdopantanal@gmail.com](mailto:nascentesdopantanal@gmail.com) - SITE: [www.nascentesdopantanal.org.br](http://www.nascentesdopantanal.org.br)

---

## DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO DE SEGUNDA INSTANCIA

Processo licitatório nº 06/2014

Pregão presencial com registro de preços nº 04/2014

Recorrente: Amazônia Equipamentos Eireli - EPP

Recorrido: Pregoeiro do CIDESAT

Vistos e etc ...

### 1. DOS FATOS

A Recorrente, na sessão de abertura e julgamento das propostas no processo licitatório modalidade pregão presencial nº 04/2014, manifestou o interesse na interposição de recurso administrativo requerendo que a Empresa NKS Industrial informasse "local e empresa onde o equipamento ofertado está instalado e em funcionamento, com possibilidade de visita técnica".

Em seguida, apresentou, tempestivamente, por escrito o recurso administrativo, com base nas seguintes alegações:

1. O número de bicas de alimentação especificadas no edital é de 24 unidades e a proposta apresentada pela empresa NKS Industrial é de 22 unidades.

2. Exigência de piso chapa em xadrez antiderrapante por toda a plataforma. A empresa NKS Industrial ofertou uma plataforma com piso em tela expandida.
3. A plataforma elevada deve oferecer em toda a sua extensão "apoio de descanso para os pés dos operadores da triagem em ambas as laterais. A empresa NKS Industrial não dispõe de tal item em seu projeto.
4. Dispositivo de segurança de controle e painel para três inversores e botão de parada de emergência. A empresa NKS Industrial oferece em seu projeto, um quadro de comando, da linha de triagem em local onde os operadores teriam que descer da para ter acesso ao comando.
5. A calha de saída de rejeitos da esteira de triagem é oferecida pela empresa NKS Industrial em seu projeto uma calha de saída incompatível para a logística de trabalho, por não possuir altura e espaço entre as escadas.

Alegou ainda que a proposta vencedora é inexequível e certamente trará prejuízos à administração pública.

Devidamente citada, a empresa NKS industrial apresentou, tempestivamente, impugnação aos fatos alegados pela Recorrente, nos seguintes termos:

1. Que não há no edital nenhum requisito de produção, assim como o local e empresa onde o equipamento está instalado. Que as regras do edital são as únicas que devem ser analisadas

2. erro no endereçamento; ausência de dados essenciais da petição; que o responsável pelo recurso não guarda qualquer vínculo com a empresa;
3. justificativas de todos os itens apontados como irregulares pela Recorrente.

Em análise do recurso interposto, o pregoeiro assim decidiu:

1. o recurso interposto não pode ser conhecido em razão da ausência de procuração nos autos, bem como, quem assinou o recurso não foi o proprietário da empresa, nem o advogado qualificado na inicial;
2. os itens tidos como irregulares, foram devidamente esclarecidos;
3. o Lote 12 deveria ser adjudicado à licitante vencedora.

A Recorrente, inconformada com a decisão de primeira instância, apresentou recurso administrativo de segunda instância, argumentando especificamente que a empresa NKS Industrial não informou ao Consórcio Intermunicipal, local e empresa onde o equipamento ofertado está instalado e em funcionamento, ou seja, ficou-se inerte.

É a síntese do necessário

## 2. DA ANÁLISE DO RECURSO

Na análise das razões do Recurso de primeira instância, verifica-se que foi reconhecido a inexistência do recurso face a ausência de procuração nos autos. Entretanto, apenas para esclarecer à Recorrente, analisou item a item tidos como irregulares por ela, concluindo ao final, que

os esclarecimentos prestados pela Empresa NKS Industrial foram capazes de elucidar possíveis dúvidas, estando, portanto, apto a decidir pela adjudicação do Lote 12 à vencedora do certame relativo ao referido Lote.

Dessa forma, considerando a fundamentação apresentada na decisão de primeira instância, **nego provimento** ao Recurso interposto, face a inexistência do Recurso interposto em primeira instância e já declarado anteriormente.

De outra banda, apenas para fins de esclarecimento, percebe-se no Recurso interposto, que a Recorrente também se deu por satisfeita em relação aos esclarecimentos prestados pela Empresa NKS Industrial, a exceção da necessidade de apresentação de um histórico de serviços prestados.

Relativo a este ponto, a administração dispõem de outros meios para assegurar o interesse publico e garantir que lhe seja fornecido o bem tal qual fora requerido no termo de referência sem nenhum prejuízo. E, entendo que o argumento apresentado pela Empresa NKS Industrial merece prosperar, pois tal exigência não consta do edital, assim, a mesma não tem qualquer obrigação de apresentação de histórico anterior. Nesse sentido, a lição do insigne professor Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>

*"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a administração que o expediu".*

<sup>11</sup> Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2002. P.263

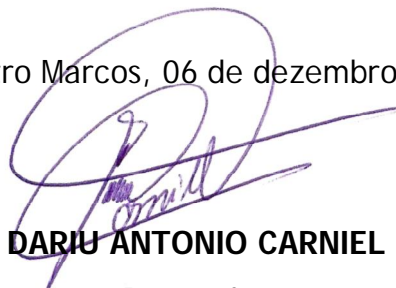
Portanto, resta cumprido o edital pela Empresa NKS Industrial, devendo o ser adjudicado a seu favor o Lote 12 do processo licitatório pregão presencial nº 04/2014.

### 3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, **NEGO** Provimento ao recurso em razão da ausência de requisito de admissibilidade, e ainda, entendendo satisfatório as alegações da Empresa NKS Industrial e opto pela confirmação da decisão proferida em primeira instancia, adjudicando o Lote 12 em favor da empresa NKS Indústria de Máquinas Eireli - ME, vencedora do certame licitatório.

Por fim, dê ciência a empresa recorrente e encaminhe a presente decisão à Presidente do CIDESAT, Sra Maria Manea da Cruz, para a sua apreciação final, obedecendo aos ditames do art. 109, § 4º<sup>2</sup> da Lei 8666/93.

São José dos Quatro Marcos, 06 de dezembro de 2014.



**DARIO ANTONIO CARNIEL**  
Pregoeiro

---

<sup>2</sup> § 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.